

**Ata da 21ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima ocorrida em 29/06/2005 às 15h00 no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reunião dos Conselhos, 2º Andar**

**Participantes:**

1. **Marcos Otávio B. Prates - Ministério do Desenvolvimento, Indústria de Comércio Exterior**
2. **João Antônio F. Salomão - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**
3. **Laura Porto - Ministério de Minas e Energia**
4. **Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia**
5. **José Domingos Gonzalez Miguez - Secretaria Executivo**
6. **Jorge Humberto Nicola - Ministério da Ciência e Tecnologia**
7. **Victor Zular Zveibil - Ministério do Meio Ambiente**
8. **Lindemberg Lima Bezerra - Ministério da Fazenda**
9. **Leíza M.M. Dubugras - Casa Civil**
10. **André Aranha Corrêa do Lago - Ministério das Relações Exteriores**

**Abertura:**

O Prof. Jorge Humberto Nicola, Diretor do Departamento de Políticas e Temas Setoriais presidiu a reunião substituindo o Ministro da Ciência e Tecnologia que não pôde comparecer. Saudou inicialmente os membros da Comissão. Solicitou, para melhor andamento da reunião, que apenas os membros da Comissão se pronunciassem como porta vozes de seus respectivos ministérios.

O representante do Ministério do Meio Ambiente Victor Zular Zveibil solicitou uma alteração na ordem da agenda, com deliberação dos itens 5, 6 e 7 antes do item 4 de natureza mais técnica, pois, em virtude de outro compromisso não poderia acompanhar os trabalhos até o final. O pedido foi acatado pelos membros da Comissão.

**1. Aprovação das Atas da 20ª Reunião e da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial.**

Tendo as minutas das atas da 20ª Reunião e da 3ª Reunião Extraordinária sido encaminhadas aos membros da Comissão com antecedência, o Prof. Nicola perguntou se algum dos presentes teria algum comentário. Não havendo manifestações as atas foram consideradas aprovadas.

**2. Relatório sobre a 22ª reunião dos Órgãos Subsidiários da Convenção realizada em Bonn, Alemanha.**

O Ministro André Corrêa do Lago, o representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), fez um relato sobre a 22ª Reunião dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima realizada em Bonn, Alemanha no período de 19 a 27 de maio de 2005 e do Seminário de Especialistas Governamentais que a precedeu.

Segundo o Ministro André Corrêa do Lago, o Seminário foi extremamente bem sucedido, superando todas as expectativas. Esta reunião teve caráter informal com apresentações de mais de 20 países sobre o futuro do regime sob a Convenção do Clima da ONU.

Esta reunião serviu para mostrar que ainda existe muito desconhecimento por parte de inúmeros países em desenvolvimento, em especial aqueles menos desenvolvidos como muitas nações africanas, sobre a real aplicabilidade local do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Na visão destes países o Brasil encontra-se em posição privilegiada, pois já possui um parque industrial desenvolvido e conseqüentemente maiores perspectivas para a realização de projetos MDL.

A reunião permitiu ao Brasil, a oportunidade de mostrar para aos países em desenvolvimento que também podem se beneficiar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, pois as maiores oportunidades de projetos MDL no Brasil tem sido na área de recuperação de gás metano em aterros sanitários, e não em projetos ligados ao setor industrial.

Em sua apresentação o Brasil reafirmou a importância dos princípios da Convenção do Clima, e necessidade de centrar as negociações no 2º período de compromisso do Protocolo de Quioto, que é vital para garantir a viabilidade dos projetos MDL já implementados e paralelamente estimular o aporte de mais recursos e a participação de novos empresários.

Outro ponto importante levantado pelo Brasil foi a precária condição de funcionamento em que se encontra o Conselho Executivo do MDL. Seu orçamento é extremamente reduzido, dificultando e retardando o andamento dos trabalhos. Como medida emergencial, o governo do Canadá, se propôs a adiantar o pagamento de sua taxa, a fim de financiar os trabalhos do Conselho Executivo até o final deste ano. Para agilizar os trabalhos do Conselho Executivo, é imperativo que seu orçamento seja melhor discutido. Uma das prioridades do Conselho Executivo é a agilização do processo de aprovação das metodologias para os projetos MDL. Cada metodologia aprovada gera um efeito multiplicador sob o número de projetos submetidos.

### **3. Novo texto padrão para a Carta de Aprovação de Projetos de MDL.**

O Secretário Executivo informou, que o texto padrão da Carta de Aprovação de Projetos de MDL teria que ser alterado em virtude da entrada em vigor do Protocolo de Quioto, já que o texto antigo mencionava o caráter condicional da carta. Informou, também, que as minutas disponibilizadas (em inglês e português) alteravam também a forma de identificação do projeto, vinculando o projeto aprovado à versão e data dos documentos analisados (DCP, Relatório de Validação), com a finalidade de impedir alterações posteriores.

Observou também que no modelo foi incluído um dispositivo autorizando o Secretário Executivo da Comissão Interministerial a requerer ao Conselho Executivo do MDL, revisão de um projeto submetido para registro, caso seja constatada diferença entre os documentos apresentados ao Conselho Executivo do MDL e os documentos analisados pela Comissão Interministerial.

Não havendo questionamentos ou sugestão de alteração do texto apresentado, os novos modelos da Carta de Aprovação (em inglês e português) foram considerados aprovados.

#### **4. Resolução N° 02 da Comissão Interministerial.**

O Secretário Executivo informou ter recebido apenas do Ministério do Meio Ambiente comentários sobre a minuta da Resolução n° 2. Observou que as versões finais das decisões da COP 10 já foram publicadas. Desta forma, o texto da Resolução n° 2 já pode se referir formalmente a elas.

Observou, também, que além das definições já incluídas na minuta da Resolução n° 2, teria que ser definido o conceito de “trabalhadores de baixa renda” para atender à exigência da decisão 14/CP10 que trata dos projetos de MDL florestal de pequena escala. Informou que para instruir a discussão dessa questão, a Secretaria Executiva havia preparado uma compilação com definições utilizadas pela administração pública brasileira, entre elas, definições do IPEA, IBGE e PRONAF. A compilação mostrou que existe muita divergência entre os padrões utilizados no Brasil, variando de renda familiar mensal de 6 salários mínimos até 1/4 de salário mínimo por pessoa. O estudo mostrou que a definição de “linha de pobreza” já é mais consensual, e outra possibilidade levantada seria a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Secretário Executivo destacou que a definição deste índice devia ser feita de forma cuidadosa, pois irá refletir na abrangência e viabilidade de projetos de MDL florestal de pequena escala no Brasil. Um índice muito restritivo iria reduzir demasiadamente o número de comunidades habilitadas a realizar este tipo de atividade, enquanto um índice amplo poderia permitir distorções, permitindo que o mercado fique sob o controle de grandes grupos empresariais.

O Ministro André Corrêa do Lago observou ser o índice do IBGE mais apropriado, apontando que a utilização de índices internacionais para definir a pobreza no Brasil não seria muito apropriada, condenando, portanto o uso do IDH.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério das Minas e Energia informou a existência de um índice que relaciona o nível de pobreza à taxa de consumo elétrico, mas observou não saber se a sua utilização seria a mais recomendável.

O representante do Ministério da Fazenda Dr. Lindemberg Lima Bezerra, informou que, provavelmente, o seu Ministério já deva estar trabalhando com algum índice semelhante. Sugeriu que fosse dado um prazo para que os Membros da Comissão levantar os possíveis índices com as equipes dos ministérios.

Houve consenso em adiar a discussão do assunto para a próxima reunião, ficando os Membros de analisar qual seria o índice mais conveniente, que incentive a execução de projetos de pequena escala no país, e ao mesmo tempo, evite o uso indevido desta ferramenta por grandes empresas.

O Ministro André Corrêa do Lago do MRE sugeriu ao Ministério do Meio Ambiente que verificasse quais são os padrões nacionais de manejo florestal sustentável e se algum índice poderia relacionar de forma complementar ambas as idéias.

O representante do Ministério da Agricultura (MAPA) Dr. João Antonio Salomão indagou se não seria mais conveniente elaborar a Resolução N° 2 de forma mais sucinta. O Secretário Executivo informou que por tratar-se de regulamentação internacional, as decisões das COPs precisam ser internalizadas à legislação nacional, e uma das formas de fazê-lo é publicando estas decisões como anexos de resoluções nacionais.

O representante do Ministério da Agricultura indagou, também, a razão da utilização na Resolução nº 2 dos níveis superiores para a definição nacional de floresta no âmbito do MDL.

O Secretário Executivo esclareceu que, como tinha sido discutido na reunião anterior, a definição de valores máximos auxiliará no desenvolvimento de projetos de MDL florestal no Brasil, tanto no que tange aos requerimentos mínimos para elegibilidade deste tipo de projeto quanto na definição das metodologias de monitoramento e verificação.

Os Membros da Comissão decidiram pela aprovação da resolução nº 2 excluindo a definição de “trabalhadores de baixa renda” e pela publicação de uma resolução nº 3 abordando especificamente este assunto, assim que o tema tenha sido devidamente discutido.

O Secretário Executivo lembrou a necessidade de inclusão na Resolução nº 2 de Artigo esclarecendo que um Projeto de MDL apenas seria considerado como submetido à Comissão Interministerial depois da verificação pela Secretaria Executiva de que a documentação estava completa. Essa precisão seria necessária em função do prazo de tramitação estabelecido pelo Artigo 6º da Resolução nº 1. Os Membros da Comissão concordaram com a inclusão desse parágrafo.

#### **5. Andamento do decreto de alteração da composição da Comissão Interministerial para a inclusão do Ministério das Cidades e Ministério da Fazenda.**

O Prof. Nicola indagou qual a situação do decreto de alteração da composição da Comissão Interministerial.

A representante da Casa Civil Dra. Leíza Dubugras informou que a tramitação já estava em estágio avançado, acrescentando que a inclusão de ambos os Ministérios já havia sido aprovada. Esperava que o Decreto de alteração fosse publicado em breve.

#### **6. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

A Comissão passou a deliberar sobre os Projetos de MDL submetidos à Comissão para aprovação, analisando os pareceres elaborados pela Secretaria Executiva e pelos Ministérios.

#### **Novos Projetos submetidos antes da última reunião da Comissão:**

- Projeto de Geração de Eletricidade a partir de Biomassa Rickli;

O parecer preparado pela Secretaria Executiva identificou algumas questões para esclarecimento pelos proponentes do projeto. O representante do MAPA destacou que os proponentes do projeto não esclarecem a origem da madeira comprada, se oriunda de florestas manejadas ou florestas nativas. A Comissão decidiu solicitar a revisão do Projeto, observando os pontos a seguir:

- Apresentar as planilhas /4/ *Emission Calculations*; /5/ *Monitoring and data tables*; /6/ *Emission Calculations*, que foram mencionadas, porém não constam do documento. Também, a página A-4iii, citada no documento não foi apresentada;
- Formalização da pessoa responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;

- O Documento de Concepção do Projeto menciona que resíduos de biomassa são comprados de terceiros (terceiro e quarto parágrafos da página 3, quarto parágrafo da página 13 e quarto parágrafo da página 24). Não é informada a origem desses resíduos de terceiros. Os participantes do projeto devem informar como será garantida a origem renovável desses resíduos.
- Projeto de Recuperação de Gás de Aterro Estre;

A Comissão deliberou pela aprovação do projeto com a ressalva a seguir:

- Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido à Comissão tem caráter preliminar. O documento submetido também ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada. O Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português.
- Projeto de Redução de Emissões de Biogás Caieiras;

A Comissão deliberou pela aprovação do projeto com a ressalva a seguir:

- Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido à Comissão tem caráter preliminar. O documento submetido também ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada. O Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português.
- Projeto Cosipar de Energia Renovável

Os pareceres preparados pela Secretaria Executiva, pelo MMA e pelo MME identificaram diversas incorreções nos documentos e, principalmente, um Anexo III pouco claro e objetivo, sugerindo a sua reformulação.

O Secretário Executivo destacou que o projeto COSIPAR é o primeiro projeto a ser certificado pela BVQI. Esta já é uma empresa antiga no mercado de certificações, entretanto apenas recentemente foi designada pelo Conselho Executivo para validar projetos MDL. Destacou ainda que duas novas certificadoras estão entrando no mercado brasileiro, a JQA e a Tüv Süd Group.

A Comissão deliberou que o projeto deverá ser revisto pelos proponentes, atendendo as considerações a seguir:

- Reapresentação do Anexo III da Resolução no 1 com conteúdo mais claro e objetivo, descrevendo se e como o Projeto Cosipar contribuirá para o desenvolvimento sustentável nos seguintes aspectos: sustentabilidade ambiental local; desenvolvimento das condições de trabalho e geração líquida de empregos; distribuição de renda; capacitação e desenvolvimento tecnológico; e integração regional e articulação com outros setores. As considerações feitas no documento analisado expressam de forma vaga e indireta a contribuição do projeto nestes quesitos e não apresentam as reais contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável. Ressaltamos que as contribuições para os

aspectos de desenvolvimento sustentável devem se referir exclusivamente à atividade de projeto que está sendo analisada e não à Siderúrgica como um todo.;

- Apresentação do certificado de acreditação para a BVQI emitido pelo Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O documento apresentado que comprova a situação da Entidade Operacional Designada, declara que a BVQI teve sua carta de indicação emitida pelo Painel de Acreditação com entidade aplicante e não como entidade operacional designada. Após a apresentação deste documento, o projeto deverá ser re-submetido à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
  - Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido à Comissão tem caráter preliminar. O documento submetido também ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada e que a validadora não pode garantir a precisão ou a correção das informações analisadas. O Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português;
  - Especificação correta dos valores do consumo de água no processo;
  - Apresentação detalhada de quais são as propriedades químicas da lama gerada no evaporador;
  - Apresentação de documentação comprovando a solicitação de renovação da LO no 618/2004, cuja validade encontra-se expirada;
  - Apresentação de cópia completa da LO, contendo suas condicionantes;
  - Justificativa do motivo pelo qual o órgão ambiental local não solicitou a avaliação ambiental do projeto;
  - Apresentação dos dados utilizados para o cálculo dos fatores de emissão das margens operacional e de construção.
- Projeto Bandeirantes de Gás de Aterro e Geração de Energia em São Paulo

O Secretário Executivo informou ter recebido um Ofício da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, um dos proponentes do projeto, solicitando a suspensão da análise do projeto. A Comissão deliberou que fosse solicitado esclarecimento aos proponentes do projeto, através do responsável designado pelo projeto sobre se de fato estão retirando a submissão do projeto e que fosse feita uma consulta ao consultor jurídico do MCT sobre como proceder nesse caso.

### **Projetos Aprovados com Ressalvas em reuniões anteriores**

Os projetos mencionados a seguir submeteram nova documentação em atendimento às ressalvas feitas pela Comissão. Essa documentação foi disponibilizada para os Membros da Comissão.

- Projeto de energia a partir de gases do aterro sanitário da empresa Marca

- Projeto de Conversão de gás de aterro em energia no Aterro Lara
- Projeto Onyx de recuperação de gás de aterro

O Secretário Executivo informou que a Secretaria Executiva examinou os documentos e entende que as ressalvas foram cumpridas. Alguns Ministérios observaram que não tinham ainda verificado o cumprimento das ressalvas. A Comissão deliberou pelo estabelecimento de um prazo de 10 dias após o qual inexistindo manifestação de algum Membro, os projetos acima seriam considerados aprovados.

### **Projetos Submetidos à Revisão em reuniões anteriores**

- Projeto UTE Barreiro de geração de energia elétrica

O Secretário Executivo informou que os proponentes do Projeto enviaram nova documentação em resposta ao pedido de revisão e que novo parecer da Secretaria Executiva identificou que o Anexo III (desenvolvimento sustentável) havia sido consideravelmente expandido com melhor descrição dos benefícios do projeto, mas que haviam ainda alguns pontos a ser corrigidos. A Comissão deliberou pela aprovação do projeto com as ressalvas a seguir:

- Correção de engano no Validation Report (referência a projeto IRANI);
  - Versão do Relatório de Validação conforme ao Validation Report. A versão atual do Relatório de Validação ainda indica seu caráter preliminar; Ressaltamos que esta Secretaria foi instruída pela Comissão Interministerial para não aceitar, como estabelecido na Resolução nº1, Relatórios de Validação com caráter preliminar ou com ressalvas.
  - Revisão das tabelas 8 e 9 do Documento de Concepção do Projeto, com versões em português (DCP) e inglês (PDD) coincidentes.
- Projeto IRANI para geração de eletricidade a partir de biomassa

O Secretário Executivo informou que os proponentes do Projeto enviaram nova documentação em resposta ao pedido de revisão e que novo parecer da Secretaria Executiva identificou que o Anexo III (desenvolvimento sustentável) havia sido consideravelmente expandido com melhor descrição dos benefícios do projeto, mas que haviam ainda alguns pontos a ser corrigidos. O Representante do Ministério do Meio Ambiente observou a existência de incoerências na análise de redução de material particulado apresentada no Documento de Concepção do Projeto. Observou-se também a necessidade de esclarecer a origem da biomassa comprada da mesma forma como identificado para o Projeto Rickli.

A Comissão decidiu solicitar a revisão do Projeto, observando os pontos a seguir:

- Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido à Comissão tem caráter preliminar; Ressaltamos que esta Secretaria foi instruída pela Comissão Interministerial para não aceitar, como estabelecido na Resolução nº1, Relatórios de Validação com caráter preliminar ou com ressalvas.

- Uma versão do Relatório de Validação em português conforme “Validation Report” em inglês;
- Na página 11 do Documento de Concepção do Projeto é informado que “A Celulose Irani também instalará um sistema de “lavagem de gases” que reduzirá a quantidade de partículas suspensas dos efluentes em comparação com certas caldeiras e geradores de energia antigos que serão substituídos pela usina de co-geração.” Contudo, na página 5 do mesmo documento é mencionado que as unidades atuais serão mantidas (70.007 MWh/ano). Não é claro se o novo sistema beneficiará as unidades antigas. Também no item a) do Anexo III da Resolução nº 1, (contribuição para a sustentabilidade ambiental local) é informado que “a instalação da usina termoeletrica reduz as emissões de particulados nos gases de exaustão da caldeira” e na Tabela 1 do mesmo anexo é avaliado que o projeto tem um impacto positivo (+2) em relação ao cenário de linha de base. Essa avaliação deve ser melhor explicada, descrevendo claramente o cenário de emissão de particulados que foi considerado na linha de base e a razão pela qual espera-se melhoria da situação com a atividade de projeto;
- O Documento de Concepção do Projeto menciona no terceiro parágrafo da página 5 que as fontes de biomassa incluem “resíduos de biomassa comprados de terceiros”. Não é informada a origem desses resíduos de terceiros. Os participantes do projeto devem, portanto, informar como será garantida a origem renovável desses resíduos.

O Secretário Executivo informou que cinco novos projetos foram submetidos à Comissão e que os documentos foram disponibilizados aos Membros da Comissão, para deliberação na próxima reunião. Os novos projetos são:

- Granja Becker GHG Projeto de Mitigação;
- Projeto SADIA de Captura e combustão de GEE dos Sistemas de Gerenciamento de Esterco das Granjas de Faxinal dos Guedes e Toledo;
- Projeto de Gás de Aterro Sanitário Anaconda;
- Projeto de Geração de Eletricidade a partir de Biomassa em Inácio Martins;
- Projeto de Geração de Eletricidade a partir de Biomassa em Imbituva.

## **7. Outros Assuntos.**

A Dra. Laura Porto, Representante do Ministério de Minas e Energia (MME) informou que recentemente recebeu uma visita de uma comitiva canadense e que os principais questionamentos foram sobre a visão brasileira para o 2º período de compromisso.

O Ministro André do Lago informou que a comitiva canadense visitou também o MRE, o MMA e o MCT. Informou que o Brasil encontra-se em posição confortável, pois tem uma opinião consolidada acerca desta questão. Esclareceu, que o mesmo não pode ser dito sobre o governo do Canadá, pois não existe unidade política sobre o futuro do Protocolo de Quioto naquele país. Apesar do governo



canadense apoiar o Protocolo e concordar em discutir o futuro do regime, existe muita oposição interna, especialmente em virtude da proximidade e da posição irredutível de seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos da América.

A Representante do MME informou, também, que participou o MME da última reunião do G8 e o tema energético teve grande destaque. O Reino Unido apresentou uma proposta contendo um pacote de tecnologias. O principal tema em pauta na reunião foi a necessidade de se incentivar e investir na expansão da utilização de fontes energéticas baseadas em carvão, nuclear e hidrogênio. A tecnologia do Carvão Verde, que envolve o imediato seqüestro geológico dos gases de efeito estufa utilizados na queima de carvão mineral foi ponto relevante nas discussões. O Brasil, na condição de convidado, destacou a importância dos combustíveis renováveis, em especial o Biodiesel como uma importante fonte energética para o futuro.

Indagou, também se os Projetos que pretendem valer-se da janela até 31 de dezembro de 2005 para requisitar Certificados de Redução de Emissão desde o ano 2000 devem ser submetidos até a data limite ou devem ter o seu trâmite concluído até esta data.

O Secretário Executivo informou que a questão da data limite para submissão destes projetos é polêmica, pois o texto da decisão que autorizou esta exceção é ambíguo, permitindo múltiplas interpretações. Segundo ele este assunto somente será decidido na primeira COP/MOP. Salientou a importância de que a Comissão garantisse que todos os projetos encaminhados até a data limite fossem rápida e eficientemente analisados, evitando assim pressões sobre o governo brasileiro por parte do setor empresarial.

O MME informou e o Secretário Executivo confirmou que a Operadora Nacional do Sistema (ONS) já está se preparando para fornecer análises dos despachos hora/hora de energia elétrica para fins de cálculo do fator de emissão do sistema interligado para todos os proponentes de projetos.

O Ministro André Corrêa do Lago, representante do Ministério das Relações Exteriores, manifestou sua satisfação com o trabalho que o Secretário Executivo da Comissão Interministerial, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez vem realizando. Ressaltou que o volume de trabalho que já é significativamente elevado tende a aumentar, fazendo-se necessário que o Ministério da Ciência e Tecnologia dê maior suporte e apoio à Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima, criando as condições necessárias para que os trabalhos da Secretaria Executiva possam continuar sendo feitos de forma eficiente.

O Secretário Executivo informou que a empresa VEGA BAHIA encaminhou uma carta solicitando informações sobre os procedimentos para a internalização dos recursos oriundos da comercialização dos CREs.

O Representante do Ministério da Fazenda informou que o Banco Central do Brasil, já está estudando o assunto, e enquanto não há uma definição formal do procedimento que deverá ser adotado, as propostas de internalização de recursos devem ser encaminhadas ao Banco Central para análise.

O representante do Ministério das Relações Exteriores, Ministro André Lago, informou que o Presidente da República, viajará para a França onde pretende assinar um acordo visando facilitar o intercâmbio entre os dois países de atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Secretário Executivo, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.